

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

CHILD SEXUAL VIOLENCE INTRAFAMILY: SOME CONSIDERATIONS

ELOISA MARIA BUZUTI MARCOLINO^{1*}, GENI COL GOMES²

1. Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Ingá; 2. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Professora na graduação de Psicologia da Faculdade Ingá.

* Av. Sergipe, 566, Centro, Iguaraçu, Paraná, Brasil. CEP: 86750-000. eloisabuzuti@gmail.com

Recebido em 04/10/2016. Aceito para publicação em 11/01/2017

RESUMO

Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso e seu objeto de estudo é a violência sexual infantil intrafamiliar. É um fenômeno social multideterminado que envolve aspectos familiares, sociais, psicológicos e jurídicos. As famílias aparecem como protagonistas neste tipo de violência, pois apresentam relevante influência sobre a ocorrência, revelação e denúncia da violência sexual infantil intrafamiliar. O objetivo deste estudo foi compreender as características da estrutura e dinâmica familiar que tornam a mesma vulnerável ao acontecimento da violência sexual infantil intrafamiliar. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Foram selecionados para este trabalho oito estudos de casos sobre essa temática. Os dados evidenciaram que a violência sexual infantil intrafamiliar dado a sua complexidade não pode ser compreendida somente sob a ótica da dinâmica ou estrutura familiar e das características do abusador, estes fatores são sim importantes, mas devem ser pensados a partir de alguns planos: o individual, familiar, social e cultural, que são instâncias distintas, porém complementares que integram uma gama de fatores de risco para a ocorrência desse fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual intrafamiliar, fatores de risco, abuso sexual.

ABSTRACT

This article is the result of the course conclusion work and the object of study is child sexual violence intrafamily. It is a multidetermined social phenomenon involving family, social, psychological and legal aspects. Families appear as protagonists in this type of violence, since they have significant influence on the occurrence, denounces and reporting of child sexual violence intrafamily. The aim of this study was to understand the characteristics of the structure and family dynamics that make it vulnerable to the occurrence of child sexual violence intrafamily. To do it a bibliographic research was realized. They were selected for this article eight case studies on this topic. The data showed that child sexual violence intrafamily according of this complexity can't be understood only from the

dynamic perspective or family structure and of the abuser's characteristics, these factors are so important, but must be thought from some plans: the individual, family, social and cultural, which are distinct topics but complementary that are part of a range of risk factors for the occurrence of this phenomenon.

KEYWORDS: Child sexual violence intrafamily; risk factors; sexual abuse.

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual, em sua diversidade, parece estar longe de ser combatida. De acordo com Vilela (2016), no ano de 2015 no Brasil mais de 17,5 mil crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual. O que significa quase 50 vítimas por dia durante 365 dias. Estes números foram divulgados pelo Disque Denúncia Nacional, Disque 100.

No que se refere especificamente à violência sexual infantil intrafamiliar (VSII) sua incidência é praticamente desconhecida em função da sua subnotificação. Os casos de VSII justamente por acontecerem no ambiente familiar tendem, em razão do pacto de silêncio entre os integrantes da família, na maioria das vezes, a não serem notificados. Segundo Ventura (s.d, p.3), “estima-se que um terço das crianças de todo o mundo tenha sido submetida, alguma vez, a um contato incestuoso”.

O tema violência sexual infantil intrafamiliar tem aparecido com frequência em estudos atuais, dado a relevância de se discutir, entender e compreender cada vez mais sobre este fenômeno por causar sérios prejuízos ao desenvolvimento psicossocial das vítimas e também ser um problema de saúde pública.

A violência sexual pode ser caracterizada como toda situação que houver intenção de obtenção de satisfação sexual de qualquer natureza, tanto erótica como sexual, de modo imposto ou forçado. Pode variar desde atos em que não se produz contato sexual, como *voyerismo* (observação de uma pessoa realizando atos sexuais), exibicionismo, exposição a imagens, produção de fotos, até

atos que incluem contato sexual, com ou sem penetração (GONÇALVES E BRANDÃO, 2005).

Habigzang *et al.* (2006), definem a violência sexual infantil como qualquer contato ou interação direcionados à criança ou adolescente com o intuito de usá-las para estimulação sexual do perpetrador.

Segundo Santos, Pelisoli e Dell'Aglio (2012), a maior parte dos casos de violência sexual infantil, acontece dentro do contexto familiar, por isso denominada de violência sexual intrafamiliar. Neste tipo de violência o abusador pode ter vínculo biológico com a vítima ou ser alguém que mantém laços significativos com a mesma e com a família; inclui-se aqui padrastos, amigos, padrinhos, vizinhos que fazem parte do dia a dia da família e são conhecidos da vítima.

Existem algumas características comumente encontradas na dinâmica familiar que são consideradas como fatores de risco para a ocorrência do abuso sexual (SANTOS, PELISOLI E DELL'AGLIO, 2012; HABIGZANG *et al.*, 2005). Fatores de risco são condições indicadoras do perigo, que estão associadas à possibilidade de ocorrência de resultados negativos (SHENKER E MINAYO, 2005).

São exemplos de fatores de risco: o ambiente familiar caracterizado por: violência física, isolamento emocional de um dos seus membros ou por todos os membros entre si, ter algum membro da família alcoolista, ter adultos não solidários, ter mãe e pai abusados em suas famílias de origem, falta de comunicação entre os membros da família, autoritarismo, apresentar mãe passiva e/ou ausente, dificuldades conjugais, famílias reestruturadas, pobreza, desigualdade social, pai/mãe com múltiplos parceiros, ambiente hostil, famílias numerosas, pais portadores de deficiência mental (SANTOS, PELISOLI E DELL'AGLIO, 2012); (HABIGZANG *et al.*, 2005); (MAIA e WILLIAMS, 2005).

Essas condições indicadoras de risco devem ser pensadas e entendidas de acordo com a particularidade de cada família antes de "rotulá-la", sendo que as características mencionadas aparecem como contribuintes à ocorrência do abuso sexual infantil e não como determinantes do mesmo (HABIGZANG *et al.*, 2005).

No que se refere ao abusador, Moura e Koller (2008) apontam que geralmente este é alguém com características socialmente comuns, reconhece o abuso sexual como um crime, porém, dificilmente assume o que fez. O mesmo percebe as crianças como objetos sexuais e acredita que estas querem se relacionar sexualmente. Quando é avaliado apresenta capacidade de diferenciar o que é certo e errado em relação à criança, o que evidencia a característica de uma personalidade manipuladora.

As práticas eróticas e sexuais são impostas pelo abusador às crianças e adolescentes, em geral, por meio de violência física, ameaças ou indução de sua vontade e sedução. O abusador manipula e convence a criança a se

submeter à relação e manter o sigilo (HABIGZANG *et al.*, 2012).

A sedução e a força são armas comuns, utilizadas pelo agressor para manipular e convencer a criança. Assim, o silêncio aparece como marca registrada deste tipo de violência, pois qualquer palavra é repreendida pelo agressor através de ameaças ou recompensas (MACHADO *et al.*, 2005).

Machado *et al.* (2005) apontam que a violência sexual tem sido o tipo de agressão que mais causa danos às crianças, pois, predominantemente envolve pessoas de seu universo afetivo, o que gera uma confusão de sentimentos em torno do que se vive, ocasionando sério comprometimento psíquico.

Crianças que sofreram abuso sexual infantil, geralmente, apresentam desequilíbrio ou distúrbios de ordem psicológica, que podem ser refletidas em transtornos mentais leves, moderados ou graves, interferindo diretamente nos relacionamentos interpessoais, na capacidade de adaptação, impedimento do exercício saudável da sexualidade na vida adulta, sendo que desta forma, a intervenção psicológica torna-se indispensável (FIORRELLI e MANGINI, 2012).

Dentre os quadros psicopatológicos desenvolvidos em crianças vítimas de violência sexual, segundo Borges e Dell'Aglio (2012, p.13), destacam-se "transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de estresse agudo, dissociação, transtornos de ansiedade, transtornos de humor, transtornos de déficit de atenção/hiperatividade, transtornos alimentares, enurese e encoprese.

O desenvolvimento desses quadros e seu agravamento dependem de algumas variáveis individuais da criança, de sua família e da intervenção da rede de apoio, que podem minimizar os danos causados à vítima (BORGES e DELL'AGLIO, 2012).

Dentre os profissionais que devem estar preparados para atender crianças vítimas de violência sexual, temos o psicólogo, que tem por função minimizar as consequências negativas associadas à violência sexual (BORGES E DELL'AGLIO, 2012).

Habigzang *et al.* (2006) apontam alguns órgãos e instituições que compõem a rede de atendimento a vítimas de violência sexual, como Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Polícia Civil e Militar, hospitais e serviços de saúde em geral, serviços de atendimento psicológico e psiquiátrico, serviços de perícia, serviços de atendimento jurídico, abrigos, instituições de assistência social.

Alguns eixos estratégicos são propostos pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e pelo Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro, de acordo com Hohendorff *et al.* (2015), são eles: análise da situação, mobili-

zação e articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil.

Como obstáculo para a efetivação do trabalho em rede de atendimento de vítimas de violência sexual existe a escassez de profissionais capacitados e uma longa fila de espera para receber atendimento no sistema público. Muitas crianças nem chegam a ter acesso aos recursos oferecidos e isso dificulta a agilidade do processo de atendimento. Além disso, percebe-se ainda que se faz necessário maior investimento em serviços de atendimento para que a qualidade de vida das vítimas e de crianças em situação de risco seja garantida. (HOHENDORFF *et al.*, 2015).

2. MATERIAL E MÉTODOS

O tipo de pesquisa escolhida para a realização deste artigo foi a bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é caracterizada por ser baseada em materiais já publicados, incluindo publicações impressas ou disponibilizadas pela internet.

Este estudo foi organizado em duas etapas, sendo que a primeira consistiu na seleção de materiais que contribuíssem para a elaboração da fundamentação teórica, por meio de pesquisas em biblioteca convencional e em bases de dados *online* que disponibilizam livros, dissertações e artigos referentes ao fenômeno violência sexual infantil intrafamiliar.

Na segunda etapa, com o intuito de se localizar estudos de caso sobre violência sexual infantil intrafamiliar (VSII), foi utilizado levantamento bibliográfico através da busca eletrônica de artigos indexados na base de dados *SciELO (Scientific Electronic Library OnLine)* e *Lilacs (Biblioteca Virtual em Saúde)* utilizando-se as seguintes palavras chaves: violência sexual infantil, abuso sexual infantil intrafamiliar e abuso sexual infantil intrafamiliar estudo de caso. Foram localizados oito trabalhos desta natureza, porém três deles não correspondiam, necessariamente, ao objeto de estudo deste trabalho. Assim foram utilizados cinco deles, publicados entre 2006 e 2013. Além destes materiais foram utilizados uma dissertação de mestrado e um capítulo de livro que continham estudos de caso sobre VSII. Alguns dados foram organizados em uma tabela, para facilitar a discussão dos mesmos.

3. DISCUSSÃO

Discussões sobre os estudos de casos referentes à violência sexual infantil intrafamiliar

Organização dos dados

Para a coleta de dados foram utilizados oito estudos de caso que se referem à violência sexual infantil intrafamiliar, sendo que destes, duas situações ocorreram

com duas crianças da mesma família, o que configura, então, dez crianças. Esses relatos de casos apresentam alguns dados sobre o perfil das vítimas, o contexto e a dinâmica familiar, quem é o abusador e características do processo de revelação e denúncia.

Nos referidos estudos de casos, as vítimas de violência sexual infantil foram nove meninas com idades entre dez meses a doze anos de idade e um menino com sete anos de idade. Estes dados estão em consonância com o que apontam Habigzang *et al.* (2005), em que a maior incidência de violência sexual infantil intrafamiliar ocorre contra crianças do sexo feminino, sendo que as idades podem variar de zero a doze anos.

A violência sexual contra meninos, geralmente, é notificada com menos frequência em relação às vítimas do sexo feminino, isto se deve, possivelmente, em função das construções sociais sobre gênero, “[...] já que as relações abusivas podem ser percebidas como associadas à homossexualidade” (COHEN & GOBETTI, 2003; KRISTENSEN, 1996, apud PINCOLINI E HUTZ, 2014, p. 20).

Baía *et al.* (2013) em seus estudos também observaram que há indícios de que as vítimas do sexo masculino hesitam em revelar a agressão principalmente se o agressor também for do sexo masculino. “Essa relutância pode ser associada, entre outros fatores, ao impacto da violência sexual no garoto, receio de exposição e questionamento de papel e orientação sexuais, além da maior dificuldade de o homem relatar a violência” (p.195).

A desigualdade de gênero é um dos fatores determinantes para vários tipos de violência, dentre eles a violência sexual intrafamiliar como uma forma de poder, coação e ou sedução, sendo que ela também pode ser caracterizada como um dispositivo inibidor de revelações de violência contra crianças e adolescentes do sexo masculino.

Além da desigualdade de gênero, os estudos de casos pesquisados neste trabalho, indicaram a desigualdade de geração, já que a maioria dos abusadores era de faixa etária bem acima à da vítima. Os abusadores, nos estudos de caso apresentados acima, foram parentes próximos, vizinhos, pai, tio, todos apresentando ligação afetiva com a criança. A violência sexual intrafamiliar “[...] consistem no abuso envolvendo pais ou outros parentes próximos, os quais se encontram em uma posição de maior poder em relação à vítima” (CODEN, 2008, p.13). A violência sexual é cometida por pessoas que se encontram em estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado que o da vítima. A finalidade deste ato é estimular sexualmente a vítima ou utilizá-la para obtenção de prazer do abusador (HABIGZANG *et al.*, 2012).

Quando o abuso sexual infantil intrafamiliar é cometido pelo pai biológico, configura-se, segundo Romero (2007), como uma relação incestuosa, geralmente, esta natureza de abuso ocorre em famílias consideradas dis-

funcionais. São consideradas famílias disfuncionais aquelas em que, habitualmente, as relações entre os integrantes da mesma não são estáveis ou equilibradas e a comunicação interpessoal entre eles é deficitária.

Tabela 1. Informações sobre os casos analisados.

Criança	Família	Abusador	Local	Natureza do abuso	Denunciante
Menino de 7 anos	Composta por mãe, padrasto, irmão e irmã. Com dificuldades financeiras	Primo da vítima (6 anos mais velho)	Casa do primo	Sexo oral Um só episódio	Irmão mais velho viu e contou para a mãe. Avó denuncia
Gêmeas de 12 anos	Conflituosa mas com afetividade positiva entre seus membros não abusadores.	Avô paterno (militar aposentado), pai e tio.	Não especificado	Não especificado Vários episódios (3 anos)	Mãe
Menina de 5 anos	Reside com a avó, mas próximo da casa dos pais. Pai carpinteiro. Renda familiar não especificada.	Vizinho da criança (23 anos)	Residência do abusador	Carícias - Dedo na genitália e sexo oral Um episódio	Vizinhos (Flagrante)
Menina de 8 anos	Reside com os pais e dois irmãos. Pai sustenta a família (3 salários mínimos); Pai motorista de taxi.	Vizinho e amigo próximo da família	Dentro do carro do agressor a convite do mesmo	Sexo oral (2 anos de abuso)	Criança revelou para uma prima e esta contou para os pais da abusada. Pais denunciaram.
Menina de 6 anos	Reside com pais e irmã. Renda familiar 1,3 SM	Tio paterno	Residência do padrinho do agressor (vizinho da criança)	Sexo genital e oral. A criança revelou que o agressor fazia isso com ela, com a irmã e outras primas. Abuso com vários episódios	Tio materno (flagrante)
Menina 10 anos	Reside com os pais – filha única	Marido de uma tia materna	Casa do tio	Carícias na genitália, todos os dias. Esposa do agressor (tia) sabia e “ficou ouvindo no banheiro” e não fez nada. Vários episódios	Mãe e tia sabiam, não reagiram. Conta para a professora que conta para o pai. Pai denuncia.
Menina de 8 anos	Residiu com a mãe e aos 12 anos foi morar o pai biológico	Pai aposentado, mas exerceu uma posição de poder (não especificada)	Casa do pai	Iniciou com toques e beijos na boca, avançando gradativamente e aos 13 anos, com relação sexual anal continuada.	Mãe
Meninas-irmãs, uma com 10 meses e a outra com 2 anos.	O pai cuida da casa e a mãe trabalha com reciclagem. A mãe teve uma infância caracterizada por violência doméstica.	Pai	Casa das crianças	Enquanto a mãe ia trabalhar o pai abusava das crianças. 2 anos de abuso	Vizinha alertou a mãe. Mãe pegou em flagrante e denunciou.

intrafamiliar de natureza incestuosa, sendo elas a de ordem familiar e a de ordem social. Em relação à primeira, geralmente, os pais apresentam histórias de maus tratos na infância, desapego em relação aos cuidados com os filhos, relações entre os membros da família conflituosas, agressões entre pai e mãe, relações conjugais desestruturadas, entre outras.

Em relação aos fatores sociais encontram-se desemprego, baixo nível de satisfação no trabalho, atitudes culturais de tolerância à violência entre outros.

Uma característica muito comum presente nas famílias incestuosas é a confusão de funções familiares revelada por uma perda de assimetria nas relações intrafamiliares e no conseqüente esvaecimento da organização hierárquica do grupo familiar. Desta confusão, podem aparecer transtornos que muitas vezes parecem comprometer a adequação ao princípio de realidade para estas pessoas. (FÍGARO-GARCIA, 2004, p. 66)

Nos casos apresentados neste estudo, os abusos ocorreram em locais variados: casa da vítima, casa de outros familiares, casa ou carro do abusador. O que influenciou na escolha do local foi a condição do abusador estar sozinho com a vítima.

A composição da estrutura, da dinâmica familiar e da história de vida dos familiares retratados nesses estudos são aspectos que podem influenciar na ocorrência da VSII. Nesses estudos destacam-se famílias reestruturadas em que as vítimas

Amazarray e Koller (1998) apontam duas categorias de fatores que podem facilitar a violência sexual infantil

mas viviam com a mãe biológica e padrasto; pai biológico e madrasta; somente com a mãe biológica ou somente com a avó. Em somente um dos casos a vítima vivia com

o pai e mãe biológicos. A maioria das vítimas tinha irmãos.

Os relatos dos estudos de caso pouco apresentaram sobre a dinâmica, estrutura e história de vida dos familiares. No entanto, a literatura tem apontado que existem algumas características comumente encontradas na dinâmica familiar que são consideradas como fatores de risco para a ocorrência do abuso sexual como um dos componentes da família ter sofrido algum tipo de violência na infância ou adolescência, uso e abuso de álcool e drogas, condição financeira entre outros (SANTOS, PELISOLI E DELL'AGLIO, 2012; HABIGZANG *et al*, 2005).

Dos oito casos estudados, em cinco deles ficou explícito que a família apresentava condições financeiras reduzidas. O fato da família passar por dificuldades financeiras não justifica, necessariamente, a VSII. Santos, Pelisoli e Dell'Aglio (2012) concordam que a violência sexual infantil intrafamiliar pode ocorrer em qualquer família e não somente naquelas consideradas "desestruturadas", é necessário ressaltar que o ambiente familiar caracterizado por dificuldades financeiras entra no elenco de fatores de risco relacionados à ocorrência do abuso, porém é preciso compreender o contexto de cada família e suas particularidades.

Em todos os casos os abusadores tinham algum vínculo significativo com a vítima e com a família, característica marcante de situações de violência sexual infantil intrafamiliar, que geralmente envolve sentimentos de confiança e respeito. Para Santos, Pelisoli e Dell'Aglio (2012) tais sentimentos facilitam a ação do abusador e dificultam o processo de descoberta, revelação e denúncia.

Quanto à revelação do abuso sexual, nos casos aqui estudados, as crianças abusadas a faz para distintos personagens da família como irmã, prima e mãe ou como aconteceu em algumas situações, através de flagrantes. As revelações realizadas em casa, na escola ou através de vizinhos foram as responsáveis por desencadear, ainda que, em alguns casos, em médio prazo, a denúncia e consequentemente as vítimas receberem apoio de ordem judicial, psicológica entre outras.

Nem sempre após a suspeita ou revelação da VSII acontece a denúncia, às vezes a mesma pode nem acontecer, porque, normalmente diante da suspeita de VSII a mãe vivencia uma situação conflituosa e ambígua.

Frequentemente nega os indícios, denega suas percepções, recusa-se a aceitar a realidade da traição do marido. Vive sentimentos ambivalentes em relação à filha: ao mesmo tempo que sente raiva e ciúme, sente-se culpada por não protegê-la (ARAÚJO, 2002, p.7).

Para o mesmo autor, a mãe é uma vítima secundária da violência.

No momento da revelação a vítima necessita de acolhimento, escuta e proteção, a revelação deveria se consistir na interrupção dos abusos. No entanto, um dos casos aqui apresentados tanto a mãe quanto a tia sabiam e não tomaram nenhuma providência. Santos, Pelisoli e Dell'Aglio (2012) apontam que, com frequência, o processo de revelação e denúncia não tem sido enfrentados pelas famílias, o que se torna mais um obstáculo, tendo em vista que antes de realizar a revelação a vítima já passou por um grande desgaste e sofrimento emocional.

Segundo Habigzang *et al*. (2005, p.346), quando a família de modo geral e a mãe em especial confia ou demonstra credibilidade ao relato da criança e busca protegê-la, a criança "[...] se sente fortalecida e apresenta maiores recursos para enfrentar a experiência abusiva. Contudo, quando a reação da família é negativa e esta não oferece apoio social e afetivo, a vítima apresenta-se em situação de vulnerabilidade", podendo apresentar graves problemas de ordem psicológica e social.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo compreender as características da estrutura e dinâmica familiar que tornam a mesma mais vulnerável a situações de violência sexual intrafamiliar.

Os estudos de caso utilizados para a realização desta pesquisa, no seu conjunto, não foram suficientes para atingir o objetivo da mesma, já que a maioria deles, não apresentava dados ou apresentava poucas informações sobre as características da estrutura e dinâmica familiar que tornam a mesma vulnerável a situações VSII. As informações neles contidas somadas a revisão de literatura sobre essa temática nos possibilitou responder a problemática desta pesquisa.

A violência sexual contra crianças no contexto intrafamiliar constitui-se como um fenômeno complexo e multideterminado justamente por englobar aspectos no plano individual, familiar, social e cultural. Pensar a estrutura e dinâmica familiar isoladamente, seria uma visão reducionista, já que elas são resultado de condições históricas, sociais, políticas e culturais de uma determinada sociedade.

No que se refere aos aspectos no plano individual pode-se destacar auto estima comprometida, tendência a isolamento emocional, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, depressão e outros transtornos mentais, dependência de álcool e drogas, apresentar algum tipo de deficiência, carência afetiva, relação de apego diminuta, história de abuso sexual na infância entre outras.

Os aspectos em relação ao plano familiar envolvem a história de vida dos familiares, ambiente familiar marcado pela falta de comunicação, presença de violência física entre o casal, falta de solidariedade, autoritarismo, mãe e ou pai ausente do lar, dificuldades conjugais, pai e ou mãe com múltiplos parceiros, famílias reestruturadas,

famílias numerosas.

Os indicadores de violência sexual infantil intrafamiliar no plano social podem ser agrupados em: desemprego, subemprego, desigualdade social, condições precárias de moradia, pobreza, falta de escola ou creche para atender o filho no período de trabalho dos pais, não ter acesso a recursos públicos de saúde e assistência social. Quanto aos aspectos culturais pode-se elencar, entre outros, a ideologia de gênero, a naturalização da violência, a estratificação social, a recessão econômica.

Entende-se que esses fatores não são determinantes à ocorrência de violência sexual infantil intrafamiliar, são apenas “indicadores do perigo”, a combinação entre a presença ou ausência deles é o que pode contribuir para o entendimento do fenômeno VSII e conseqüentemente respaldar práticas profissionais da área na tentativa de constatar precocemente e/ou confirmar a ocorrência deste tipo de violência.

Muito ainda tem que se avançar nos estudos sobre este fenômeno, no sentido de ampliar sua compreensão de modo a fornecer mais e mais subsídios para a sua prevenção.

Durante a realização desta pesquisa notou-se a falta de estudos realizados com as mães de crianças vítimas de abuso sexual considerando que a mesma tem papel fundamental no processo de revelação e denúncia e é considerada, em muitos casos, como vítima secundária. A produção de conhecimento é uma condição essencial para prevenir a VSII.

REFERÊNCIAS

- [01] AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Crianças vítimas de abuso sexual: alguns aspectos observados em seu desenvolvimento. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 11 (3), 559-578, 1998.
- [02] ARAÚJO, M. F. Violência e Abuso Sexual na Infância. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez, 2002.
- [03] BAÍA, P. A. D; VELOSO, M. M. X; MAGALHÃES, C. M. C.; DELL'AGLIO, D. D. Caracterização da Revelação do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: Negação, Retratação e Fatores Associados. *Temas em Psicologia*, Vol. 21, nº 1, 2013.
- [04] BORGES, J. L., DELL'AGLIO, D. D. Exposição ao abuso sexual infantil e suas repercussões neuropsicobiológicas. In: *Violência contra crianças e adolescentes: teoria pesquisa e prática*. Porto Alegre, Artmed, 2012. Cap.7, p.94-106.
- [05] CODEN, F. H. K. Abuso sexual intrafamiliar entre crianças e adolescentes: um estudo em Joinville após a implantação do programa Sentinela. Monografia. Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Joinville, 2008.
- [06] FÍGARO-GARCIA, C. Trauma e incesto. *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo, vol. 01, n. 177, p. 66-73, mar. 2004. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=477104&indexSearch=I>. Acesso em 20 de agosto de 2016.
- [07] FIORELLI, J. O.; MANGINI, R. C. R. *Psicologia jurídica*. São Paulo: ATLAS, 4ªed., 2012.
- [08] GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. Editora Atlas, São Paulo, 2002.
- [09] GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. *Psicologia jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2ªed, 2005.
- [10] HABIGZANG, L. F.; AZEVEDO, G. A.; KOLLER, S. H.; MACHADO, P. X. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: reflexão e crítica*, 19 (3), 379-386, 2006.
- [11] HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; HATZENBERGER, R.; STROEHER, F. H.; CUNHA, R. C.; RAMOS, M. S. Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In *Violência contra crianças e adolescentes: teoria pesquisa e prática*. Porto Alegre, Artmed, 2012. Cap.16, p. 222-231.
- [12] HABIGZANG, L.F.; KOLLER, S.H., AZEVEDO, G. A., e MACHADO, P.X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos; *Psic.: Teoria e Pesquisa*; Brasília, vol.21, n3, 2005.
- [13] HOHENDORFF, J. V.; KOLLER, S. H.; HABIGZANG, L. F. Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento. *Psic.: Ciência e Profissão*, Rio Grande do Sul, nº35(1), p.182-198, 2015.
- [14] MACHADO, H.B.; LUENEBERG, C.F.; REGIS, E.I.; NUNES, M.P.P. Abuso sexual: diagnóstico de casos notificados no Município de Itajai/SC, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 14 ed (esp.), p.54-63, 2005.
- [15] MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13 (2), 91-103, 2005.
- [16] MOURA, A. S., KOLLER, S. H. A criança na visão de homens acusados de abuso sexual infantil: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico – USF*, 13 (1), p. 85-94.
- [17] PINCOLINI, A. M. F.; HUTZ, C. S. *Abusadores Sexuais Adultos e Adolescentes no Sul do Brasil*:

- Pesquisa em Denúncias e Sentenças Judiciais. *Temas em Psicologia*, 2014, vol. 22, nº 2, 301-311.
- [18] ROMERO, K. R. P. S. Crianças vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar. Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2007.
- [19] SANTOS, S. S., PELISOLI, C., DELL'AGLIO, D. D. Desvendando segredos: padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. In *Violência contra crianças e adolescentes: teoria pesquisa e prática*. Porto Alegre, Artmed, 2012. Cap.4, p. 55-68.
- [20] SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717, 2005.
- [21] VENTURA, R. N. Abuso sexual na criança. Especialização em saúde da família. Unifesp. Apostila. Disponível em:
http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/casos_complexos/Wilson/Complexo_08_Wilson_Abuso.pdf. Acesso em 09 setembro de 2016.
- [22] VILELA, F. Denúncias de violência sexual contra crianças chegam a quase 50 por dia. In: Agência Brasil. 2016. Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/denuncias-de-violencia-sexual->>. Acesso em 09 de setembro de 2016.